



REDE MOÇAMBICANA DOS
DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

RMDDH



Domingo, 31 de Agosto de 2025 | Ano VI, n.º 88 | Presidente: Prof. Adriano Nuvunga | Português

Capacitação sobre Mecanismos Nacionais, Regionais e Internacionais de Protecção dos Defensores de Direitos Humanos

- A Rede Moçambicana dos Defensores de Direitos Humanos realizou, no dia 23 de julho de 2025, na cidade de Lichinga, província do Niassa, a Capacitação sobre Mecanismos Nacionais, Regionais e Internacionais de Protecção dos Defensores de Direitos Humanos. Um encontro que reuniu 34 participantes, entre activistas, jornalistas e defensores de direitos humanos, com 16 mulheres e 18 homens.





A sessão inaugural contou com a presença distinta de representantes do Governo, que demonstraram reconhecimento e valorização do papel dos defensores de direitos humanos e da sociedade civil como um parceiro estratégico essencial na promoção e defesa dos direitos humanos. A sessão foi presidida por Sua Excelência a Dra. Celestina Teófilo, Directora do Gabinete da Governadora da Província de Niassa, que estava acompanhada pelos seus pares: o Excelentíssimo Dr. Eduardo José Isidoro, Director do Gabinete do Secretário de Estado da província, o Excelentíssimo Dr. Samilo Amado, Vereador do Conselho Municipal da cidade de Lichinga, bem como do Dr. Joaquim Ali Batata, representante da Comandante Provincial da província do Niassa.

Esta capacitação teve como principal propósito o reforço das capacidades dos Defensores de Direitos Humanos na província, com especial enfoque nos mecanismos de protecção nacionais, regionais e internacionais para os Defensores de Direitos Humanos.

Sua Excelência a Dra. Celestina Teófilo, Directora do Gabinete da Governadora da Província de Niassa, em representação do Conselho Executivo Provincial, durante a abertura oficial do evento, realçou a importância da iniciativa e reafirmou o papel imprescindível dos defensores e defensoras de direitos humanos na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A dirigente sublinhou que se vivia um tempo

em que a defesa dos direitos humanos era, por vezes, uma missão isolada e incerta, destacando que aqueles que se dedicavam à promoção da justiça social, à denúncia das injustiças e à protecção das liberdades e direitos humanos enfrentavam, várias vezes, ameaças, intimidações, perseguições e uma multiplicidade de desafios.

Celestinha Teófilo reconheceu que esta realidade também se fazia sentir na província do Niassa, o que, na sua perspectiva, exige uma actuação concertada entre o Estado, a sociedade civil e o sistema de justiça. Enalteceu a capacitação promovida pela RMDDH como um passo concreto e necessário no sentido de dotar os defensores de ferramentas eficazes para a sua protecção, afirmando que o conhecimento dos mecanismos legais é essencial para garantir a sua actuação segura.

Durante a sessão de abertura, marcaram também presença o Excelentíssimo Sr. Dr. Eduardo José Isidoro, Director do Gabinete do Secretário de Estado da Província do Niassa, o Excelentíssimo Sr. Dr. Samilo Amado, Vereador do Conselho Municipal da Cidade de Lichinga, e o Dr. Joaquim Ali Batata, representante da Comandante Provincial da Polícia da República de Moçambique. Eles manifestaram nas suas intervenções o reconhecimento do papel da sociedade civil e afirmaram a necessidade de uma cooperação estreita entre os órgãos do Estado e os defensores de direitos humanos. As autoridades



Dra. Celestina Teófilo, Directora do Gabinete da Governadora da Província de Niassa



Dr. Eduardo José Isidoro, Director do Gabinete do Secretário de Estado da Província do Niassa

des entraram em consenso no que diz respeito à articulação entre Governo, Sociedade Civil os Defensores de Direitos Humanos, reiterando o seu firme compromisso de colaboração.

Por sua vez, a Directora Executiva do Fórum das organizações da Sociedade Civil (FONAGNI) e Coordenadora do Núcleo Provincial da Rede Moçambicana dos Defensores de Direitos Humanos na província do Niassa, partilhou que a capacitação se revestia duma capital importância e que acontecia numa altura em que Moçambique contava com uma sociedade civil rica, diversificada e com forte presença em várias esferas da vida comunitária e nacional, desde os grupos informais e formais, iniciativas de base em Comunidades Locais, vulgo OCB, bem como Plataformas, Fóruns Provinciais, Redes e Plataformas Temáticas de níveis distrital, provincial, nacional e internacional.

Destacou que, apesar dessa diversidade, dinamismo, a cooperação e articulação entre essas diferentes estruturas ainda era limitada e fragmentada, pois cada um desses grupos de intervenção actua dentro do seu espaço geográfico ou temático, sem um mecanismo estável de diálogo e coordenação a nível nacional, o que resulta frequentemente em sobreposição de esforços, lacunas de actuação, competição por recursos e fragilidade colectiva na defesa de interesses comuns.

Neide Martins, Coordenadora Nacional da Rede Moçambicana dos Defensores de Direitos Humanos (RMDDH), iniciou a intervenção dizendo que a única “transgressão” dos Defensores de Direitos Humanos era recusar-se a virar as costas às injustiças.

Martins destacou que se tornava imperioso que



Directora Executiva do Fórum das organizações da Sociedade Civil (FONAGNI) e Coordenadora do Núcleo Provincial da Rede Moçambicana dos Defensores de Direitos Humanos na província do Niassa



Neide Martins, Coordenadora Nacional da Rede Moçambicana dos Defensores de Direitos Humanos (RMDDH)

os defensores conhecessem, com profundidade, os mecanismos nacionais, regionais e internacionais de protecção, e que esse conhecimento proporcionaria melhores ferramentas para denunciar abusos, exigir responsabilização e recorrer a instâncias além-fronteiras, sempre que os mecanismos internos falhassem.

Sublinhou que esta formação não devia ser encarada apenas como uma acção técnica, mas sim como um acto de resistência. É, nas suas palavras, um investimento estratégico na protecção de quem protege, um passo consciente e necessário para as-

segurar a continuidade do trabalho dos defensores em ambientes muitas vezes marcados pela hostilidade e impunidade.

Neide Martins afirma ser essencial que os defensores saibam como funciona a Comissão Nacional dos Direitos Humanos, como accionar o Provedor de Justiça, como submeter casos à Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos ou, ainda, como apresentar uma denúncia ao Relator Especial das Nações Unidas para Defensores de Direitos Humanos. Este tipo de conhecimento pode significar *diferença entre o silêncio e a justiça, entre a vida e a morte*, concluiu a defensora.

Formação Técnica em Capacitação sobre Mecanismos Nacionais, Regionais e Internacionais de Protecção dos Defensores de Direitos Humanos

A formação foi facilitada pelo Dr. André Mulungo do Centro para Democracia e Direitos Humanos que chamou atenção para o facto de que, apesar dos defensores desempenharem um papel crucial para o aprofundamento da democracia e da justiça social, continuavam a ser alvos frequentes de ameaças, intimidações, vigilância e criminalização, sobretudo quando denunciavam violações de direitos por parte de actores poderosos, sejam estatais ou privados.

Durante a capacitação, André Mulungo apresentou de forma detalhada os mecanismos nacionais de protecção, começando pela Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) que, enquanto entidade independente, tem mandato para receber queixas, mediar conflitos e emitir recomendações ao Estado. Abordou também o papel do Provedor de Justiça, enquanto mecanismo de supervisão e mediação administrativa, com poderes para intervir junto dos órgãos públicos sempre que haja violação dos direitos humanos.

No plano regional, destacou o trabalho da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, com sede em Banjul, e explicou como os defensores moçambicanos podiam submeter comunicações, denúncias e relatórios-sombra a esta instância, especialmente nos casos em que os mecanismos internos se revelem ineficazes ou comprometidos.

No plano internacional, enfatizou a importância dos mecanismos das Nações Unidas, com destaque para o Relator Especial sobre a Situação dos Defensores de Direitos Humanos, bem como para os Procedimentos Especiais do Conselho de Direitos Humanos. Explicou como os defensores podiam

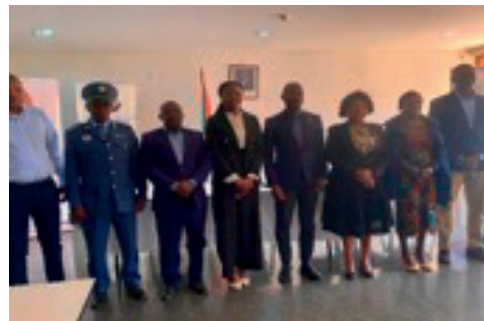


Dr. André Mulungo

acceder a estes mecanismos mesmo sem apoio jurídico formal, desde que dispusessem de documentação suficiente e actuação coerente com os princípios da legalidade e da não-violência.

Durante todo o processo formativo, ficou evidente o envolvimento dos participantes (defensores, jornalistas, activistas e representantes da sociedade civil) que, com elevado comprometimento, partilharam experiências, desafios e estratégias de resistência. A clareza com que os participantes reconheceram a urgência de transformar o conhecimento adquirido em prática concreta, tanto na sua auto-protecção, como na protecção das comunidades que servem, tornou ainda mais enriquecedora a formação.

O treinamento culminou com a entrega de certificados de participação a todos os presentes, num momento carregado de simbolismo, reconhecimento e compromisso.





REDE MOÇAMBICANA DOS
DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

RMDDH

Almejamos um país livre e seguro para os Defensores dos Direitos Humanos, um ambiente favorável ao desenvolvimento das comunidades e ao envolvimento da juventude como potenciais Defensores dos Direitos Humanos.

We aspire to a nation where Human Rights defenders can operate freely and securely, fostering community development and empowering youth to become effective advocates for Human Rights.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: RMDDH
Presidente: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autor: RMDDH
Layout: RMDDH

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



PROJECTO Pro-Cívico & Direitos Humanos



SUOMI
FINLAND

Rua Dar-Es-Salaam, número 279, Bairro Sommerschild, Maputo -Moçambique **Contacto** +258 857645056
 Email : info@redemoz-defensoresdireitoshumanos.org @RMDDH_Moz rmddh_moz
 Facebook:@RMDDHMoz redemoz-defensoresdireitoshumanos.org/ **linkedIn**: rmddh